



José Varella/AE

Souto: "Não deixamos passar"

Congresso tenta votar salários hoje

BRASÍLIA — O Congresso se reúne hoje para uma nova tentativa de votação do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 292, que trata da política salarial. Mas os próprios parlamentares, que encerram seus mandatos na quinta-feira, acreditam que a definição da questão ficará para o novo Congresso, que será empossado na sexta-feira. As chances de um acordo entre governo e oposição são muito muito pequenas, na opinião do líder do PMDB, deputado Íbsen Pinheiro (RS). "Existe um abismo entre a última proposta do governo e aquilo que defendemos." Sem acordo, o governo provavelmente editará nova MP sobre a lei salarial nos próximos dias.

Segundo Íbsen, o PMDB não aceita a volta do Fator de Recomposição Salarial (FRS) — mecanismo que calcula a reposição de perdas pela média da inflação nos últimos 12 meses. Outro obstáculo para o acordo seria, na opinião do líder, a exigência do governo para que os parlamentares convalidem o efeito de todas as medidas provisórias editadas sobre política

salarial, o que impediria possíveis ações judiciais pedindo reposição dos índices expurgados pelo Plano Collor.

A garantia de reposição de 80% da inflação para as faixas até 5 salários mínimos, aceita pela equipe econômica na sexta-feira, foi considerada satisfatória pelo PMDB. Sem descartar a possibilidade de um acordo de última hora, ele acredita, porém, que seria muito difícil convencer os demais partidos a aceitarem uma eventual mudança no relatório do deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), que já foi lido em plenário.

No projeto de lei de conversão redigido na sexta-feira por Tidei, é mantido apenas o abono salarial de janeiro, que varia de 5% a 12% para quem ganha até Cr\$ 120 mil. O restante do texto da MP 292 — cujo efeito foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — fica fora do projeto. "Como está, o governo não deixa passar", avisou ontem o líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), que promete pedir novamente aos aliados do Planalto que esvaziem o plená-

rio caso fracasse a última tentativa de acordo hoje.

MAGRI

Todas as negociações entre o governo e o Congresso para a votação das medidas provisórias sobre a política salarial têm sido realizadas sem a participação do ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri. Sua ausência, principalmente nos últimos dias, em que as negociações emperraram, é criticada até por setores governistas.

Magri se defende afirmando que a única forma de preservar os salários é a livre negociação entre patrões e empregados. "Há 20 anos o Brasil tem política salarial e o trabalhador só perde", argumenta ele.

Técnicos do governo lembram que na época da ministra Dorotéia Werneck o ministério participava de todas as negociações salariais. Magri manteve a equipe da gestão anterior, que logo tentou influir nessa questão. Mas o poder centralizador do Ministério da Economia frustrou essa pretensão.

29 JAN 1991

ESTADO DE SAO PAULO